



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL CONJUNTO SEMED/SEMAS - PSS Nº 001/2015

CADERNO DE PROVAS

CARGO: PROFESSOR PII-ENSINO RELIGIOSO

PROVAS: LÍNGUA PORTUGUESA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, LEGISLAÇÃO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 20 (vinte) questões objetivas, sendo 5 de Língua Portuguesa, 10 de Conhecimentos Específicos e 5 de Legislação. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, 2 (duas) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, não podendo usar outro tipo de caneta ou material.
4. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
5. Este caderno deverá ser devolvido ao aplicador, juntamente com a folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
6. O candidato só poderá se ausentar do recinto da prova após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início da mesma.
7. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.betim.mg.gov.br, link Secretarias de Assistência ou Educação, no dia 15 de novembro, a partir de 14h, e publicado no Órgão Oficial do Município de Betim, no dia 17 de novembro de 2015.
8. A comissão organizadora do Processo Seletivo lhe deseja uma boa prova.



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL CONJUNTO SEMED/SEMAS - PSS Nº 001/2015
CARGO: PROFESSOR PII- ENSINO RELIGIOSO**

Nome do(a) Candidato(a): _____
Nº da inscrição: _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir e responda as questões de 1-5

Aprender é um direito de todos

01/08/2014 02h00

Até o final de 2016, o Brasil deverá construir sua primeira proposta de base nacional curricular comum da educação fundamental e ensino médio, dispositivo que define objetivamente o que se espera que os alunos aprendam nas determinadas fases escolares, segundo o Plano Nacional de Educação, sancionado pela presidente Dilma em junho.

Os recentes avanços, como a universalização do ensino fundamental nos anos 90, a definição, em 2010, da escolaridade de nove anos como obrigatória e a meta de universalização do ensino médio para 2016, reafirmam o direito à educação pública e o dever do Estado de provê-la, mas não garantem o direito de aprendizagem a todas as crianças e adolescentes.

São múltiplos os fatores que determinam as condições de ensino e de aprendizagem. É importante considerarmos, no entanto, que a ausência de uma base curricular tende a agravar esse quadro, ao criar um espaço de indefinições, equívocos e interpretações pessoais que restringem a aprendizagem dos alunos.

Países com bom desempenho em avaliações internacionais possuem um documento nacional especificando o que deve ser ensinado, com variações no grau de detalhamento desses conteúdos, conforme estudo comparativo realizado pela pesquisadora Paula Louzano, que analisou políticas curriculares de diversos sistemas de ensino.

No Brasil, a ausência dessas especificações favorece que as avaliações externas pautem o que deve ser ensinado, mostrando uma inversão no processo de definição das políticas educacionais. Uma política curricular nacional, que estabeleça de forma objetiva e clara o que cada aluno deve aprender em cada etapa do percurso escolar – independentemente de sua origem territorial, social ou cultural –, expressa um projeto de sociedade sustentado no princípio da igualdade.

Construir uma base nacional curricular comum, no entanto, requer alguns pontos de atenção.

O primeiro deles é que os sistemas educacionais tenham a liberdade de complementar a base curricular comum considerando os contextos locais e articulando o projeto de sociedade às aspirações e especificidades regionais.

A definição de objetivos claros de aprendizagem deve também favorecer o controle social das políticas educacionais e o acompanhamento da aprendizagem pelos sistemas educacionais e pelas famílias.

Outro pressuposto é a articulação da base curricular nacional com políticas de formação de professores, inicial e continuada. A indicação clara do que é preciso ensinar é condição para um efetivo planejamento docente e acompanhamento da aprendizagem de cada aluno.

Por fim, para que a base nacional curricular comum expresse um projeto de sociedade mais justo, é fundamental que sua construção envolva uma ampla participação social, com dispositivos que garantam consulta, debate, formulação e validação. Sem isso, o Brasil deixará, mais uma vez, escapar a oportunidade de alçar a educação ao patamar de prioridade nacional de fato.

MARIA ALICE SETUBAL, doutora em psicologia da educação pela PUC-SP, é presidente dos conselhos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e da Fundação Tide Setubal.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2014/08/1494090-maria-alice-setubal-aprender-e-um-direito-de-todos.shtml>> Acesso 04 set. 2015.

QUESTÃO 1

De acordo com o texto, o que contribui para a garantia do direito de aprendizagem a todas as crianças é

- A) a universalização do ensino fundamental.
- B) a ampliação do ensino fundamental para 9 anos.
- C) a universalização do ensino médio.
- D) a construção de uma base nacional curricular comum da educação fundamental e ensino médio.

Considere as afirmativas

- I. A construção da base nacional curricular comum deve ser pautada pelas avaliações internacionais.
- II. A base nacional curricular comum favorece o acompanhamento da aprendizagem pelos sistemas educacionais e pelas famílias.
- III. A inexistência de uma base nacional curricular comum possibilita que as avaliações externas exerçam forte influência sobre os currículos.
- IV. A construção de uma base nacional curricular comum impede a flexibilidade dos currículos dos estados e municípios.

QUESTÃO 2

É CORRETO o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 3

Está CORRETAMENTE justificada a acentuação da palavra

- A) países - todo I tônico, segunda vogal de hiato, isolado na sílaba, é acentuado graficamente.
- B) até - todo monossílabo tônico terminado em E é acentuado graficamente.
- C) múltiplos - toda proparoxítona terminada em O(s) é acentuada graficamente.
- D) também - toda oxítona terminada em M é acentuada graficamente.

Considere o trecho:

Os recentes avanços, como a universalização do ensino fundamental nos anos 90, a definição, em 2010, da escolaridade de nove anos como obrigatória e a meta de universalização do ensino médio para 2016, reafirmam o direito à educação pública e o dever do Estado de **provê-la**, mas não garantem o direito de aprendizagem a todas as crianças e adolescentes.

QUESTÃO 4

O verbo prover grifado no trecho pode ser substituído, preservando-se as relações de sentido construídas no texto, por:

- A) fornecer.
- B) nomear.
- C) planejar.
- D) implantar.

Considere o trecho:

Por fim, **para que** a base nacional curricular comum expresse um projeto de sociedade mais justo, é fundamental que sua construção envolva uma ampla participação social, com dispositivos que garantam consulta, debate, formulação e validação.

QUESTÃO 5

Preservando as relações de sentido construídas no texto, o articulador grifado pode ser substituído por:

- A) em virtude de.
- B) a fim de que.
- C) devido a.
- D) por conseguinte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 6

Leia o seguinte trecho:

“A característica religiosa do povo brasileiro, de modo especial do povo mineiro, expressa-se pelas mais variadas formas culturais, onde figuram as atitudes de abertura ao Sagrado e a vivência de valores fundamentais [...]. É função do Estado administrar os bens do povo, assegurando, portanto, nos currículos escolares, o Ensino Religioso, como elemento integrante do sistema educacional [...].”

(Retirado do livro *Conteúdos Básicos – Ensino Religioso Vol. III*, produzido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (1995), p. 24)

O Ensino Religioso deve fazer parte da grade curricular das escolas a fim de

- A) fazer com que alunos tenham uma orientação transcendental, baseada numa religião dominante e consigam exercer tal orientação também em sala de aula, sem necessariamente levar em conta o diálogo religioso e o ecumenismo. Além disso, a disciplina também tem a função de tornar o discente um ser crítico, cidadão e conhecedor de valores essenciais para uma vida saudável em sociedade.
- B) exercitar o desenvolvimento da dimensão religiosa do ser humano, favorecendo-lhe a descoberta e redescoberta das razões íntimas e transcendentais do Ser, fortalecendo o seu caráter, incentivando o seu espírito participativo, oferecendo-lhe critérios para a segurança de seus juízos, encaminhando-lhe a uma verdadeira consciência de cidadania, sem perder de vista os valores culturais de raiz.
- C) criar cultos e ritos no meio escolar sem levar em conta a dimensão religiosa do cidadão. Além disso, o ER tem a função de possibilitar uma educação para a vivência dos valores não necessariamente comuns a todos os credos, não se preocupando com a dimensão sócio-histórico-religiosa de cada aluno.
- D) favorecer a humanização do ambiente escolar, possibilitando uma educação para a vivência dos valores comuns a todos os credos. Contudo, em função de o cidadão ser concebido como sujeito do seu desenvolvimento e da busca de realização como pessoa, o ER não tem de despertar educandos e educadores para a pesquisa, a observação e o aprofundamento de aspectos fundamentais à existência e à vida em sociedade.

QUESTÃO 7

Considere o texto.

“A manifestação religiosa se dá por meio de sinais de fé de um povo que necessita do transcendente e o busca. O fenômeno religioso é tudo que se pode observar relacionado com a crença de uma pessoa, de um grupo, de uma localidade, de um país e até de civilizações antigas. Os símbolos têm importante papel em todas as atividades religiosas, uma vez que não há religião sem símbolos. [...] As vestes, as cores, as músicas, os sons, as orações, os gestos, as peregrinações, as danças, os rituais, as práticas corporais expressam valores das tradições religiosas.”

Adaptado de: RODRIGUES, Edile Maria Fracaro et al. **Alteridade, culturas & Tradições**: atividades do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2009. P. 17.

Com relação à influência das artes nas diversas religiões, marque a alternativa que relacione CORRETAMENTE o símbolo, o nome deste e a religião da qual faz parte.

	Símbolo	Nome do símbolo	Religião
A)		Roda Dharmica ou Dharmacakra	Budismo
B)		Torii	Taoísmo
C)		Estrela de Seis Pontas	Judaísmo
D)		Yin-Yang	Xintoísmo

QUESTÃO 8

Leia o texto.

“O Estado Brasileiro é laico. Isso significa que ele não deve ter, e não tem religião. Tem, sim, o dever de garantir a liberdade religiosa. Diz o artigo 5º, inciso VI, da Constituição: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.” A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais da humanidade, como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual somos signatários. [...]

Invadir terreiros de umbanda e candomblé, que, além de locais sagrados de culto, são também guardiães da memória de povos arrancados da África e escravizados no Brasil; desrespeitar a espiritualidade dos povos indígenas, ou tentar impor a eles a visão de que sua religião é falsa; agredir os ciganos devido à sua etnia ou crença, mesmo motivo que os levou ao quase extermínio na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial: tudo isto é intolerância, é discriminação contra religiões. É o contrário do que pretende o Programa Nacional dos Direitos Humanos.”

(JUNIOR, José Rezende. **Diversidade religiosa e direitos humanos**. Disponível em

<<http://www.mestreirineu.org/diversidade.htm>> Acesso em: 06 out. 2015)

São muitos os casos noticiados acerca do desrespeito às religiões, principalmente às afrodescendentes. Como defende, porém, o artigo 5º da Constituição e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil é um país em que há um cenário de pluralidade religiosa. Algo que defende essa pluralidade e garante o reconhecimento legal da sociedade das diversas instituições e grupos religiosos é o

- A) ecumenismo.
- B) ceticismo.
- C) sincretismo religioso.
- D) pluralismo religioso.

QUESTÃO 9

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem como objetivo gerar uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade da pessoa humana. Analise as afirmativas abaixo:

I. A Declaração compreende um conjunto de direitos e faculdades sem as quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual.

II. Sendo universal, é aplicável a todas as pessoas de todos os países, raças, religiões e sexos, condicionada à aplicação ao regime político dos territórios nos quais incide.

III. Consolida a afirmação de uma ética universal, ao consagrar um consenso sobre valores de cunho universal a serem seguidos pelos Estados.

Sobre as afirmações, pode-se afirmar que

- A) Somente I e II estão corretas.
- B) Somente II e III estão corretas.
- C) Somente I e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 10

Leia o texto.

A lei 10.639, de 9/01/2013 inclui nos currículos oficiais de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e determina que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do “Dia da Consciência Negra”.

Assinale a alternativa que relaciona CORRETAMENTE o texto acima com a questão da cidadania.

- A) A lei divulga conhecimentos para a população afro-brasileira.
- B) A lei reforça a concepção etnocêntrica sobre a África e sua cultura.
- C) A lei impulsiona o reconhecimento da pluralidade étnico-racial do país.
- D) A lei garante aos afrodescendentes a igualdade no acesso à educação.

QUESTÃO 11

Leia o texto.

“A história das religiões aborda o fenômeno religioso a partir de uma postura não-denominacional, em uma perspectiva histórica, antropológica, mas também, no tempo e no espaço, sendo estreitamente ligada a outras disciplinas das ciências sociais, a começar com a etnologia, história e filologia. [...] A história das religiões é uma ciência de observação baseada na análise dos dados, bem como a comparação.”

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_das_religi%C3%B5es>. Acesso em: 6 de out. 2015.

Quais os elementos que devem ser trabalhados no reconhecimento da história e características das diferentes denominações religiosas?

- A) Somente as origens dessas denominações; suas formas de organização e expressão; seu livro sagrado.
- B) Somente as origens dessas denominações; suas formas de organização e expressão; seu livro sagrado; o que distingue as grandes religiões dos movimentos e outros grupos religiosos autônomos, como até mesmo, as seitas; a razão de ser do pluralismo religioso; a necessidade de fazer parte de uma das várias denominações; o que caracteriza a Igreja como instituição.
- C) Somente as origens dessas denominações; suas formas de organização e expressão; seu livro sagrado; o que distingue as grandes religiões dos movimentos e outros grupos religiosos autônomos, como até mesmo, as seitas; a razão de ser do pluralismo religioso; a necessidade de fazer parte de uma das várias denominações.
- D) Somente as origens dessas denominações; suas formas de organização e expressão; seu livro sagrado; o que distingue as grandes religiões dos movimentos e outros grupos religiosos autônomos, como até mesmo, as seitas; a razão de ser do pluralismo religioso.

QUESTÃO 12

Leia o fragmento abaixo.

Na ética contemporânea, o sujeito não é mais um sujeito substancial soberano e absolutamente livre, nem um sujeito empírico puramente natural. Ele é simultaneamente os dois, na medida em que é um sujeito histórico-social. Assim, a ética adquire um dimensionamento político, uma vez que a ação do sujeito não pode mais ser vista e avaliada fora da relação social coletiva. Desse modo, a ética se entrelaça, necessariamente, com a política, entendida esta como a área de avaliação dos valores que atravessam as relações sociais e que interliga os indivíduos entre si.

J. Severino. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992. (Adaptado)

O texto, ao abordar a dimensão histórica do processo de formação da ética na sociedade contemporânea, destaca

- A) os conteúdos éticos decorrentes das ideologias político-partidárias.
- B) o valor da ação humana derivada de preceitos metafísicos.
- C) a sistematização de valores desassociados da cultura.
- D) o sentido coletivo e político das ações humanas individuais.

QUESTÃO 13

Leia o texto.

A ética precisa ser compreendida como um empreendimento coletivo a ser constantemente retomado e rediscutido, porque é produto da relação social. A ética supõe ainda que cada grupo social se organize sentindo-se responsável por todos e que crie condições para o exercício de um pensar e agir autônomos. A relação entre ética e política é também uma questão de educação e luta pela soberania dos povos. É necessária uma ética renovada, que se construa a partir da natureza dos valores sociais para organizar também uma nova prática política.

Cordi et al. **Para Filosofar**. São Paulo: Scipione, 2007. (Adaptado)

O século XX teve de repensar a ética para enfrentar novos problemas oriundos de diferentes crises sociais, conflitos ideológicos e contradições da realidade. A partir desse ponto de vista e do texto, a ética pode ser entendida como

- A) instrumento de garantia da cidadania, porque através dela os cidadãos passam a pensar e a agir de acordo com os valores coletivos.
- B) mecanismo de criação de direitos humanos, porque é da natureza do homem ser ético e virtuoso.
- C) meio para resolver os conflitos sociais no cenário da globalização, pois a partir do entendimento do que é efetivamente a ética, a política internacional se realiza.
- D) parâmetro para assegurar o exercício político primando pelos interesses e ação privada dos cidadãos.

QUESTÃO 14

Analise as charges abaixo.



Pode-se dizer que ambas fazem menção, respectivamente, à

- A) utilização do discurso religioso para obter títulos políticos/crítica à situação laica do país.
- B) utilização do discurso religioso para obter títulos políticos/bancada majoritariamente cristã no Senado brasileiro.
- C) grande quantidade de seguidores da Bíblia Sagrada nas disputas eleitorais/crítica à situação laica do país.
- D) grande quantidade de seguidores da Bíblia Sagrada nas disputas eleitorais/bancada majoritariamente cristã no Senado brasileiro.

QUESTÃO 15

A educação da dimensão religiosa do cidadão que frequenta a escola é o principal objetivo do Ensino Religioso. Numa escola pública, aberta a todos, há de se considerar os educandos de diferentes credos. Sobre o que estes deverão encontrar na Escola, foram feitas algumas afirmativas. Analise-as.

Os educandos deverão encontrar

- I. os fundamentos para valorizar a sua crença e respeitar a dos outros.
- II. as razões para a sua inserção ou não numa religião e da busca da vivência dos valores propugnados pela religião a que pertence.
- III. os critérios para uma postura equilibrada, em relação aos questionamentos existenciais considerando a cultura de sua comunidade, o contexto sociopolítico e outras áreas que possibilitem a não síntese entre Ciência, Fé, Cultura e Realidade Sociopolítica.
- IV. os motivos para exercitar a sua reflexão diante das atitudes e estruturas de justiça e injustiça.

As afirmativas CORRETAS são

- A) I, III e IV, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e IV, apenas.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 16

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), quando este versa sobre o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, é dever do Estado assegurar

- A) ensino Fundamental opcional e gratuito, até mesmo para os que não tiveram acesso em idade apropriada.
- B) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade para cursos extracurriculares necessários à formação.
- C) atendimento educacional aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- D) acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e criação artística segundo a capacidade de cada um.

QUESTÃO 17

Identificamos que uma instituição de ensino NÃO está de acordo com as diretrizes da LDB (Lei nº 9.394/96) para a educação especial quando constatamos que ela, ao receber estudantes portadores de necessidades especiais,

- A) possui professores capacitados e orientados para a integração desses jovens nas classes comuns.
- B) adota procedimentos para equalizar esses estudantes aos demais de acordo com métodos comuns a todos.
- C) oferece serviços especializados e recursos físicos adequados, buscando atender às necessidades dessa clientela.
- D) adota métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às necessidades desse público.

QUESTÃO 18

Consoante disposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- A) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos três anos de idade, no ensino fundamental.
- B) As entidades privadas não estão sujeitas à autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
- C) Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União, zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- D) O ensino fundamental obrigatório tem por objetivo a formação básica do cidadão e possui duração de 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 19

No tocante à autorização para viajar, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que

- A) nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside sem estar acompanhada por ambos os pais ou acompanhada apenas por um, portando autorização expressa do outro, com firma reconhecida.
- B) a autorização dos pais para viagens nacionais será exigida mesmo se a criança estiver acompanhada do avô.
- C) a autorização para viagens no território nacional somente é exigida para crianças, sendo dispensada para os adolescentes.
- D) quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização judicial é sempre indispensável.

QUESTÃO 20

Conforme a legislação educacional em vigor, Lei nº 9.394/96, a educação escolar compõe-se de

- A) educação básica, educação profissional e educação superior.
- B) educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior.
- C) educação básica, formada pelo ensino fundamental e médio, e educação superior.
- D) educação de jovens e adultos, educação profissional e educação básica.